

23 OUT 2014

FOLHA DE LONDRINA

'Divisão de salário' gera condenação de Bonilha

Juíza entende que ex-presidente da CML exigia fatia de salário de comissionado; ele vai recorrer

Edson Ferreira
Reportagem Local

O ex-presidente da Câmara de Vereadores de Londrina (CML) Orlando Bonilha foi condenado a sete anos e um mês de prisão, em regime semiaberto, por ter exigido parte do salário do então controlador da Casa, José Alfredo de Paula Junior. Bonilha foi condenado pelo crime de concussão – uso do cargo para exigir vantagem indevida – porque recebeu R\$ 2 mil por mês entre março de 2006 e dezembro de 2007, conforme a sentença, mediante ameaça de demissão do comissionado. Cabe recurso ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

De acordo com a condenação, assinada pela juíza da 4ª Vara Criminal de Londrina, Claudia Andrea Bertolla Alves, “é robusta e coesa” a prova do crime praticado pelo ex-presidente do Legislativo. Em depoimentos ao Ministério Público (MP) do Paraná e à Justiça, cujos trechos constam da sentença, José Alfredo confirmou que Bonilha o abordou dois meses depois da nomeação dizendo que todos os nomeados “ajudavam a custear as despesas do

gabinete” e que o então presidente “deixou claro que se não aceitasse colocaria outra pessoa no lugar”.

Embora Bonilha tivesse deixado a presidência da Câmara em 2006, ele teria mantido as cobranças para que o controlador continuasse a repassar parte do salário, porque ainda poderia exigir a demissão dele do cargo. O pagamento foi encerrado no começo de 2008, quando estouraram escândalos de corrupção envolvendo Bonilha e outras parlamentares. Pressionado, o ex-vereador renunciou ao mandato. Na época, ele estava no PR.

No depoimento em juízo sobre a divisão do salário, Bonilha negou as ameaças e disse que o assessor “voluntariamente” repassava parte dos vencimentos de controlador para o partido (o PR), presidido pelo político. O argumento é reforçado pelo advogado Ronaldo Neves, que defende o ex-presidente da Câmara. “É assim que funciona, e era a regra na Câmara (a ajuda ao partido). Desde que seja voluntário, com o consentimento dos comissionados, não tem nada de ilegal.”

Neves negou que Bonilha tenha ameaçado José Alfredo, “pois sempre tiveram bom relacionamento, tanto que o controlador foi nomeado pelo Bonilha”. Quanto às afirmações da vítima de que sofria pressão para entregar o dinheiro, o advogado contestou. “Não havia oposição dele. Eu levei provas ao processo de que esse dinheiro era para ajudar o partido e vou renovar essas razões agora no recurso que vamos apresentar.”

23 OUT 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça condena médico por corrupção passiva

Profissional teria cobrado por cirurgia feita pelo SUS

Diego Prazeres
Reportagem Local

Londrina - Em sentença publicada na última segunda-feira, o juiz da 5ª Vara Criminal de Londrina, Paulo César Roldão, condenou o médico C.T.F.S., de 46 anos, à pena de dois anos de prisão em regime aberto pelo crime de corrupção passiva, com base no artigo 317 do Código Penal. Em 2006, o Ministério Público havia oferecido denúncia contra o médico e seu sócio por supostamente terem cobrado R\$ 2.800 por uma videocirurgia gástrica (laparoscopia) de uma paciente de 59 anos cadastrada no Sistema Único de Saúde (SUS). O sócio foi absolvido por falta de provas. C.T.F.S. teve a pena substituída em pagamento de 50 salários mínimos, em valor vigente, para uma instituição de caridade, e na prestação de serviços à comunidade pelo período de uma hora por dia durante os dois anos de condenação. Cabe recurso ao Tribunal de Justiça (TJ-PR).

Segundo a denúncia do MP, a vítima foi consultada pelo médico em um ambula-

tório, mas pagou pela videocirurgia na clínica particular do acusado, cinco dias antes do procedimento cirúrgico. A paciente tinha refluxo e, devido a complicações hemorrágicas, a cirurgia foi realizada da forma convencional, no dia 13 de novembro de 2006, em um hospital credenciado a realizar a intervenção pelo SUS. O quadro de saúde se agravou e ela morreu em dezembro, após mais três intervenções cirúrgicas.

Na ação, a promotoria relata que a paciente havia sacado R\$ 3 mil para pagar pela cirurgia e que o médico e seu sócio "solicitaram para si o pagamento, consistente na importância de R\$ 2.800, paga pela vítima, auferindo assim vantagem econômica indevida para praticar ato de ofício, o qual está relacionado à condição de médicos cirurgiões que prestam serviços em hospital filantrópico que atende pelo SUS".

O juiz acatou as denúncias com base em documentos e em informações fornecidas pela entidade mantenedora do hospital, Secretaria Municipal de Saúde e do Centro de Laparoscopia Interven-

cionista e de depoimentos de testemunhas. Não houve indícios suficientes que comprovassem a participação do sócio do médico no delito.

DEFESA

Em sua defesa na ação, o médico negou que tivesse cobrado pela cirurgia e que teve contato com a vítima em seu consultório, apenas no ambulatório conveniado com o SUS. Também afirmou que solicitou à paciente um exame de endoscopia e que ela optou por fazê-lo de forma particular devido à morosidade do SUS. O acusado, então, indicou-lhe o sócio. Alegou ainda que a única taxa cobrada em função da cirurgia é a do aluguel dos equipamentos, adquiridos por um consórcio médico da qual ele disse fazer parte, mas que não repassou o valor à paciente. A FOLHA não conseguiu contato com o médico nem com o seu advogado. O Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR) informou que o órgão regulador da profissão não recebeu nenhuma denúncia formal contra o acusado.

23 OUT 2014

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

PT quer se vingar do juiz que detonou o Petrolão

A começar pelo presidente do PT, Rui Falcão, que espuma de raiva quando se refere ao juiz federal Sérgio Moro, aquele que desmantelou o esquema de corrupção instalado na Petrobras em 2006, no governo Lula, até metade do governo Dilma, o PT decidiu representar contra o magistrado no Conselho Nacional de Justiça. As críticas a Moro já foram rechaçadas por entidades de magistrados e de procuradores.

Depoimentos públicos

O PT acusa Moro de “vazar depoimentos”, na verdade públicos, do ex-diretor Paulo Roberto Costa e do megadoleiro Alberto Youssef.

Ignorância

As gravações dos depoimentos de Paulo Roberto e Youssef não estavam protegidas por sigilo, como a própria Justiça já esclareceu.

Argumentação

Os advogados do PT tentam construir a alegação de que o juiz “beneficiou” a oposição, ao autorizar a divulgação dos depoimentos.

Nada a declarar

O advogado Antônio Figueiredo Basto pedirá ao juiz Sérgio Moro para cancelar a ida de Youssef à CPMI do Petrolão: “Seria perda de tempo”.

— OPINIÃO DO LEITOR

Basta à impunidade

Dos Três Poderes da República o que mais atrapalha o desenvolvimento de nosso país é o Judiciário. Julgar e punir atos irregulares de políticos e criminosos com 10, 20 ou 30 anos de atraso é descaradamente um incentivo à criminalidade. Os cargos dos mais altos poderes do Judiciário são preenchidos de forma política e os altos cargos dos tribunais de contas também são ocupados politicamente. Os escândalos de corrupção dos partidos que hoje lotearam nosso país foram condenados juridicamente por corrupção, no caso da Petrobras já está clara a participação dos mesmos governantes no superfaturamento e desvio de dinheiro para o bolso de muitos e também para partidos políticos. Sempre estão nos dizendo que o voto é a maior arma que o povo tem para dar uma resposta aos maus políticos. Então, vamos utilizar a única arma que o desarmamento não nos tirou – o voto – e condenar os corruptos que já tiveram suas culpas julgadas e tirar deles os cargos e o poder. Se formos aguardar nosso Judiciário, vamos dentro de muitos anos ver uma CPI inocular todos esses envolvidos, porém os deputados e senadores da CPI serão Lulinha, Falcão Jr, José Dirceu Neto, Delubinho, Russefinho, etc.

PAULO MAURICIO ACQUAROLE (aposentado) - Londrina

23 OUT 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TERMINA DIA 31 O PRAZO PARA RESPONDER AO QUESTIONÁRIO DE SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO JUDICIÁRIO À POPULAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná disponibiliza à sociedade civil, no período de 30 de setembro a 31 de outubro, neste site (banner), um questionário de satisfação do cidadão com os serviços prestados, cujo resultado irá compor o diagnóstico necessário à elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2020. A consulta visa definir as diretrizes do Poder Judiciário de forma a otimizar a prestação jurisdicional e o acesso à Justiça.

Além desta pesquisa, o TJPR realizará um Fórum em novembro, denominado "Construindo o Judiciário que Queremos". Neste Fórum, estima-se reunir 300 pessoas de diversas áreas e segmentos da sociedade civil organizada, que também contribuirão para a elaboração do planejamento. Entre os convidados, além de magistrados e servidores, estarão presentes autoridades, juristas, empresários, representantes sindicais e outros setores da sociedade civil.

23 OUT 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BANCO ITAÚ DEVERÁ INDENIZAR BANCÁRIO EM R\$ 30 MIL POR COBRANÇAS EXCESSIVAS DE METAS

Um bancário de Araçongas, no Norte do Paraná, deverá ser indenizado em R\$ 30 mil por danos morais devido às cobranças excessivas para o cumprimento de metas. A decisão, contra o Banco Itaú Unibanco S.A., é da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná em processo em que ainda cabe recurso.

Os desembargadores da Segunda Turma ponderaram que as cobranças de metas são legítimas, já que se inserem “no poder diretivo do empregador”. No entanto, no caso específico, as cobranças foram consideradas excessivas.

“Analisadas as declarações (de testemunhas), constatase que o réu impunha metas de difícil alcance e que havia cobrança excessiva, com exposição dos trabalhadores que não conseguiam atingir tais metas perante os demais”, diz o acórdão.

As testemunhas relataram que, durante as reuniões, os funcionários que não alcançavam as metas eram interrogados na frente dos colegas sobre a razão do fracasso. Havia ainda ameaça velada de demissão, com insinuações de que os que tinham baixa produtividade “estavam sendo dispensados”.

23 OUT 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL PROCLAMA RESULTADO FINAL DO 1º TURNO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou por unanimidade o relatório geral de totalização e o resultado do primeiro turno da eleição presidencial de 2014.

“Os relatórios parciais dos grupos de estados da Federação foram integralmente aprovados pelos relatores. Assim, proclamo aprovado o relatório final do primeiro turno, o que viabiliza a realização do segundo turno no próximo dia 26 de outubro,

com a participação dos candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves e seus respectivos vices”, declarou o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli.

Falando em nome do Ministério Público Eleitoral (MPE), o procurador-geral Eleitoral, Rodrigo Janot, elogiou a maneira “tranquila, firme, propositiva e objetiva” com que o presidente Dias Toffoli vem encaminhando o processo eleitoral de 2014.

PLENÁRIO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL APROVA NOVAS ELEIÇÕES EM CIDADES DO PARANÁ E DO ESPÍRITO SANTO

O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, em sessão administrativa, a realização de novas eleições nos municípios de Cambira, no Paraná, e de Água Doce do Norte, no Espírito Santo.

As novas eleições serão realizadas no dia 7 de dezembro. Os pleitos foram marcados em razão da cassação dos mandatos dos prefeitos e dos vice-prefeitos dos referidos municípios, eleitos em 2012.

23 OUT 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz federal condena doleira a 18 anos de prisão

Na mesma sentença, o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba, condenou mais sete pessoas acusadas de atuar sob o comando da doleira

O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba, condenou ontem a doleira Nelma Kodama a 18 anos de prisão em uma das ações penais da Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

Na mesma sentença, Moro condenou sete pessoas acusadas de atuar sob o comando da doleira. Cabe recurso da decisão.

O juiz também negou pedido para que Nelma Kodama seja libertada e determinou o confisco de obras de arte e carros de luxo que foram apreendidos pela Polícia Federal na casa dela.

GRUPO CRIMINOSO

Nelma é considerada pelo Ministério Público Federal líder de um grupo criminoso que operava no mercado negro de câmbio, por meio de empresas fantasmas, para abastecer o esquema do doleiro Alberto Youssef, que também foi preso na Operação Lava Jato. De acordo com a investigação, a movimentação financeira atingiu cerca de R\$ 103 milhões em 2012 e 2013.

23 OUT 2014

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

CONTABILIZADO

Imóvel 1

Os leitores devem se lembrar que, no início de 2009, o INSS vendeu ao governo estadual (na época, de Requião) e ao Tribunal de Justiça uma área de 191 mil metros quadrados no nobre bairro do Cabral, contígua à velha Penitenciária do Ahu. O terreno deveria ser todo ocupado pelo Centro Judiciário – edifícios e estacionamentos para alocar num só lugar todas as dependências do Poder Judiciário.

Imóvel 2

Grande parte da área, no entanto, é habitada por cerca de 250 famílias que asseguram ter comprado regularmente lotes e neles construído suas casas. Claro, entraram na Justiça Federal para pleitear seus direitos e evitar despejo súbito. Passados já seis anos da “venda” do imóvel, as ações continuam rolando, sem solução definitiva. O INSS ainda não provou ser o legítimo proprietário do imóvel. E que, portanto, embora já tenha recebido os R\$ 20 milhões que o estado e o TJ já lhe pagaram, ainda precisa demonstrar que sua posse era legítima e não fruto de um esbulho – como alega a Associação dos Moradores do Bairro Ahú Cabral.

GAZETA DO POVO

» CASO WALDO

Dez são indiciados por delivery de cocaína

*Naiady Piva, especial para a
Gazeta do Povo, e Diego Ribeiro*

23 OUT 2014

IA Divisão Estadual de Narcóticos da Polícia Civil (Denarc) concluiu nesta semana o inquérito sobre o esquema de delivery de cocaína na lanchonete Waldo X-Picanha Prime, que culminou com a prisão de sete pessoas no dia 26 de setembro deste ano e mais três durante as investigações. Os dez acusados foram indiciados por tráfico e associação para o tráfico, por tratar-se de uma quadrilha. Alguns deles terão de responder ainda por produção e financiamento de tráfico de drogas.

Na investigação, conduzida pela delegada Camila Ceconello, foi descoberto que clientes “vips” da lanchonete pediam droga por meio de códigos. A entrega era feita tanto no local quanto por motoboys, os mesmos que eram contratados para entregar o sanduíche.

Entre os detidos está o dono do estabelecimento, Alexandre Cardoso, que foi funcionário da 4.ª Secretaria da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) em 2013, então comanda pelo ex-deputado estadual Fábio Camargo.

Também foi detido o gerente César Batista Kukurudza, que foi proprietário do Opção Bar, que também foi fechado por suposto tráfico de cocaína, em maio. Kukurudza teria levado o “modelo de negócio” para o Waldo, segundo Ceconello divulgou à época.

23 OUT 2014

GAZETA DO POVO

Justiça Federal condena doleira a 18 anos de prisão

Katna Baran e Kelli Kadanus

Em uma segunda sentença da Operação Lava Jato, o juiz federal Sergio Moro condenou a doleira Nelma Kodama a 18 anos de prisão e multa de R\$ 362 mil. Ela é apontada como chefe de um dos núcleos investigados e operava no mercado negro de câmbio. Nelma também foi condenada por corrupção ativa, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e por operar instituição financeira irregular.

A condenação abrange ainda a tentativa de evasão de divisa por Nelma em março deste ano. Na ocasião, ela foi presa em flagrante no Aeroporto de Guarulhos (SP) tentando embarcar com 200 mil euros não declarados para Milão, na Itália. Outros oito réus foram condenados (veja no infográfico). João Huang, citado nessa ação, teve o processo desmembrado e não foi julgado.

Braço-direito da doleira, Lara Galdino deve cumprir pena de 11 anos e nove meses de prisão e pagar multa de R\$ 260,3 mil. Já o motorista de Nelma, Cleverson Coelho de Oliveira, foi condenado a cinco anos de reclusão e multa de R\$ 21,7 mil. Executor das transações cambiais, Luccas Pace Junior firmou acordo de delação premiada e teve a pena reduzida para quatro anos de prisão e multa de R\$ 101,3 mil.

Os demais citados tiveram as penas substituídas por prestação de serviço comunitário e multa: Maria Dirce Penasso,

mãe de Nelma; Juliana Cordeiro de Moura, sócia de uma das empresas de fachada do grupo; Rinaldo Gonçalves, funcionário do Banco do Brasil que encobria as atividades irregulares — também condenado a perda do cargo; e Faiçal Mohamed Narcidine, contador do grupo.

Cabe recurso contra a decisão. Conforme determinação do juiz, Nelma e Lara responderão presas ao processo na fase recursal. Os demais poderão recorrer em liberdade.

Denúncia

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a doleira Nelma Kodama seria uma grande operadora do mercado negro de câmbio, envolvida na prática de crimes de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Entre maio e novembro de 2013, a mando de Nelma, os acusados teriam promovido a evasão fraudulenta de US\$ 5,2 milhões por meio de 91 contratos de pagamento de importações fictícias utilizando empresas de fachada.

Ainda segundo a denúncia, o dinheiro dos clientes de Nelma era depositado em contas que ela controlava, mas registradas em nome de laranjas. Até chegar às empresas que simulavam as importações, havia um complexo sistema de movimentação de valores em nome de empresas de fachada, mediante depósitos parcelados, entre empresas do grupo, e depósitos e saques de valores em espécie, muitas vezes acima de R\$ 100 mil.

Outrolado

O advogado Marden Esper Maués, que defende Nelma Kodama, a mãe dela, Maria Dirce Penasso, e Faiçal Mohamad Nacirdine, afirma que vai recorrer da decisão. O advogado Helio Mendes da Silva, defensor de Lara Galdino e Juliana Cordeiro, irá seguir o mesmo caminho. “Há equívocos na interpretação do juiz”, afirmou. Já Ricardo Rigotti Aliceo, que atende Luccas Pace Junior, acredita que a decisão foi satisfatória para o seu cliente. “A sentença foi bem ampla e tratou de todos os elementos.” Os defensores de Rinaldo Gonçalves e Cleverson Coelho disseram que ainda estão analisando a decisão.

CONTINUA

23 OUT 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O ESQUEMA

Nelma Kodama seria uma grande operadora do mercado negro de câmbio. A mando dela, entre março e novembro de 2013, os acusados teriam evadido US\$ 5,2 milhões por meio de contratos de câmbio fraudulentos para pagamento de importações fictícias, utilizando empresas de fachada. O dinheiro de clientes era depositado em contas de empresas que Nelma controlava, mas que eram registradas em nome de laranjas. Depois, o dinheiro transitava entre várias dessas contas até chegar às empresas que simulavam as importações.

QUEM É QUEM



Nelma Kodama Líder do grupo criminoso, mandante e executora dos crimes

PRISÃO ●●●●●●●●●●
18 anos de prisão em regime fechado.



Lara Galdino da Silva Braço-direito de Nelma, administradora das empresas de fachada e responsável pelas transações financeiras ilegais

PRISÃO ●●●●●●
11 anos e 9 meses de prisão em regime fechado.



Cleverson Coelho de Oliveira Motorista e responsável pelo transporte e recolhimento de valores. Seria integrante da Polícia Civil de São Paulo

PRISÃO ●●●●
5 anos e 10 dias de prisão em regime semiaberto.



Faiçal Mohamad Nacirdine Contador do grupo

PRISÃO ●●●
4 anos e 2 meses de prisão em regime fechado.



Juliana Cordeiro de Moura Sócia de uma empresa de fachada utilizada pelo grupo

PRISÃO ●●●
2 anos e 10 meses de prisão em regime aberto.



Rinaldo Gonçalves de Carvalho Funcionário do Banco do Brasil. Gerenciava as contas e encobria as atividades das empresas de fachada, recebendo comissões

PRISÃO ●●●
2 anos e 8 meses de prisão em regime aberto.



Luccas Pace Junior Executor das transações cambiais fraudulentas

PRISÃO ●●
1 ano e 6 meses de prisão em regime aberto.



Maria Dirce Penasso Mãe de Nelma e por ela utilizada para ocultar propriedade adquirida com dinheiro dos crimes financeiros

PRISÃO ●●
2 anos, 1 mês e 10 dias de prisão em regime aberto.



João Huang Abria empresas de fachada e contas no exterior, especialmente na China e em Hong Kong

Processo desmembrado
Não foi julgado

23 OUT 2014

GAZETA DO POVO

Governo endurece e lança “pacotão penitenciário”

Não transferir rebelados e obrigar as operadoras a bloquear sinal de celular em presídios sob pena de multa são algumas das novas medidas

Diego Ribeiro e Felipe Aníbal

O governo do Paraná definiu, no início da noite de ontem, um pacote severo de medidas para conter a série de rebeliões que desde o início do ano se alastrou pelo sistema penitenciário do estado. Por meio de uma resolução (n.º 560/14), a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) proíbe, a partir de hoje, que os presos rebelados sejam transferidos para outras unidades penais. Além disso, o governo formulou um anteprojeto de lei que obriga as operadoras de telefonia móvel a bloquear os sinais nas prisões do estado. Só neste ano, 4.647 celulares foram apreendidos com detentos paranaenses.

Na prática, o “pacotão penitenciário” representa uma mudança na estratégia do governo, que até então era de “dialogar” com os detentos que participavam de rebeliões. O texto da resolução da Seju é taxativo: “o

diretor do Departamento de Execução Penal (Depen) desta Secretaria fica proibido, durante o motim, de negociar qualquer tipo de transferência de presos da unidade amotinada para outras unidades”.

A medida visa atacar uma das principais raízes das rebeliões: 22 dos 23 motins registrados neste ano foram deflagrados por presos que queriam — e conseguiram — transferência para outras unidades penais ou para outros estados. “A ideia é mudar de estratégia e fechar um pouco o diálogo diante dos motins”, disse a secretária Maria Tereza Uille Gomes, da Seju.

Paralelamente, a resolução determina que o recém-criado Comitê de Planejamento e Movimentação de Presos se reúna, semanalmente, para mapear os detentos que podem ser transferidos para prisões mais próximas de sua família. “Pela divisão geográfica dos presídios, nem sempre se consegue que o preso fique em sua região. A cada semana, o Comitê vai identificar casos e deliberar sobre as transferências”, apontou a secretária.

A norma reafirma, ainda, que os agentes penitenciários devem cumprir o chamado “Caderno de Segurança do Depen”, que estabelece procedimentos a serem adotados nos presídios. Em caso de des-

cumprimento, a Corregedoria do Sistema Penal deverá instaurar um procedimento para apurar se a ação do agente foi omissa ou se contribuiu para a “ocorrência do motim”.

Celulares

O governo também pretende tirar de operação os celulares que se proliferam nas unidades penais. Um anteprojeto, que será encaminhado hoje à Assembleia Legislativa, em caráter de urgência, pretende obrigar as operadoras a instalarem equipamentos que identifiquem e bloqueiem sinais de telefones móveis que estejam em operação dentro dos presídios.

“O uso dos telefones celulares vem servindo à criminalidade organizada, a qual deles se utiliza para a perpetração de crimes e rebeliões”, consta da justificativa do anteprojeto, assinado pelo governador Beto Richa (PSDB). Caso não cortem o sinal, as empresas de telefonia ficarão sujeitas a multas, que vão variar de R\$ 50 mil a R\$ 1 milhão, por presídio não bloqueado.

Desde 2012, quase 13,6 mil celulares foram apreendidos nos presídios paranaenses. No mês passado, agentes federais fizeram um rastreamento em três penitenciárias de Piraquara, com um aparelho capaz de identificar celulares em uso. Na ocasião, o radar encontrou 482 telefones móveis em atividade.

CONTINUA

23 OUT 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DESLIZE

Unidade de segurança máxima para rebelados foi deixada de lado

A Seju já havia tentado endurecer as punições a presos rebelados, mas a falta de consenso no governo estadual não permitiu avanço. O objetivo era transformar a Casa de Custódia de Curitiba, localizada em Araucária, na região metropolitana, em uma unidade de segurança máxima para abrigar líderes de rebeliões e de facções criminosas. Além disso, o projeto já pedia a criação de um Comitê de Movimentação de Presos (Compresos), um órgão que manteria o monitoramento de detentos transferidos.

A **Gazeta do Povo** teve acesso à minuta do decreto com data de 15 de setembro apresentado em uma reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) ao chefe de gabinete do governador e ao secretário da Casa Civil, Deonilson Roldo e César Silvestre, respectivamente, além de representantes da Secretaria de Estado da

Segurança Pública.

No texto endereçado ao governador, a secretária de Justiça deixava clara a importância do projeto. "Trata-se de importante instrumento para monitorar as movimentações de presos no sistema prisional, como questão de segurança pública, inteligência institucional e estratégica para segurança nacional", frisava Maria Tereza Uille Gomes, titular da Seju.

Parte deste projeto voltou à pauta e deve se concretizar com a criação do Compresos. Já a Casa de Custódia acabou deixada de lado, mas pode voltar a ser discutida, de acordo com a secretária.

A reportagem apurou que o principal entrave estaria na transferência administrativa da Casa a um coronel da Polícia Militar, conforme a própria minuta destacava. O fato, no entanto, pode ser revisto já que as duas secretarias estudam transferência da gestão do Departamento Estadual Penitenciário para a pasta da Segurança. **(DR e FA)**

CONTINUA

Governo avalia passar o Depen para a Sesp

O governo do Paraná iniciou um estudo de viabilidade para transferir o Departamento Estadual Penitenciário (Depen) para a gestão da Secretaria da Segurança Pública do Paraná (Sesp). Atualmente, o Depen é gerido pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju). A proposta de análise foi aprovada pelo governador Beto Richa, ontem, em reunião com os titulares das pastas envolvidas, Leon Grupenmacher e Maria Tereza Uille Gomes.

No mesmo encontro, ficou definido uma série de medidas para endurecer a resposta a presos rebelados no estado.

A mudança do Depen é uma reivindicação do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), levada adiante pelos secretários. "Nossa visão prioriza a ressocialização, os direitos humanos e o tratamento penal", frisou Maria Tereza, que não quis comentar o impacto que isso causaria à ressocialização dos presos.

A secretária, no entanto, destacou que os agentes defendem que o departamento seja gerido pela área de segurança. "Quem cuida de segurança é a Sesp e eles [os agentes] querem passar para lá", disse ela.

Maria Tereza afirmou que não faz objeção ao projeto. O Depen hoje consome a maior parte do tempo e do orçamento, que passa dos R\$ 500 milhões, da Seju.

Na reunião, também ficou aprovada uma proposta de análise de mudança na escala de trabalho dos agentes penitenciários do estado. Hoje, eles trabalham 24 horas por 48 de folga. O objetivo é mudar a escala para 12 horas por 36 de folga, como ocorre em São Paulo. (DR e FA)

CELULARES

De janeiro de 2012 a setembro deste ano, 13.594 aparelhos foram apreendidos no sistema prisional do Paraná. Acompanhe:

2012 - 3.076 celulares apreendidos nos presídios do estado.

2013 - 5.871 celulares apreendidos nos presídios do estado.

2014 - 4.647 celulares apreendidos nos presídios do estado, de janeiro a setembro. Somente na PCE, PEP I e PEP II, todas em Piraquara, havia em setembro deste ano 482 celulares em funcionamento (256 da TIM, 170 da Claro, 29 da Vivo e 27 da Oi).

Agentes pedem mais segurança

Como prometido, um grupo de mais de 200 agentes penitenciários protestou, ontem, em frente ao Palácio

Iguaçu, em Curitiba, contra a atual situação do sistema prisional do Paraná. Com cruzes espalhadas no gramado do entorno do prédio público e alguns dos presentes com as mãos acorrentadas, os agentes leram uma lista de reivindicações. Entre os pedidos, está a am-

pliação do quadro de agentes no estado em 2.560 vagas, a implantação de um grupo de intervenção tática dos agentes em todas as unidades, além da construção de mais presídios e da criação de uma secretaria de estado para cuidar exclusivamente do sistema.

23 OUT 2014

GAZETA DO POVO

Prefeita de Campo Mourão é processada por "mensalinho"

CAMPO MOURÃO

Ruderson Ricardo,
correspondente

¶ A Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público ajuizou ação civil pública por atos de improbidade administrativa contra a prefeita de Campo Mourão (Centro-Oeste do Paraná), Regina Dubay (PR), e outros quatro servidores públicos. Todos são suspeitos de envolvimento no caso que ficou conhecido como "mensalinho", que consistia na devolução de parte dos salários de funcionários comissionados para pagar despesas da prefeita com advogados. O objetivo do Ministério Público é pedir o bloqueio de bens dos envolvidos, devolução de dinheiro supostamente usado de forma indevida, a suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa.

Essa é a segunda ação do MP referente ao caso. Uma denúncia criminal, oferecida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Maringá, já foi apresentada à Justiça. Nenhuma das ações foi julgada. O Gaeco investigou a fraude e desencadeou, no início do ano, uma operação para desarticular o esquema. O nome dos quatro servidores envolvidos na suposta fraude não foram divulgados pelo Ministério Público.

O MP apontou que alguns servidores cobravam, periodicamente, 5% dos salários de parte dos comissionados, de forma direta ou por telefone. O principal destino da verba era a cobertura de despesas com honorários pagos a advogados que prestaram serviços de defesa em demandas eleitorais da prefeita.

O MP requer ainda à Justiça, a condenação dos requeridos na perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Outrolado

A prefeita Regina Dubay foi procurada pela reportagem ontem para comentar o caso, mas não foi localizada. Em outras oportunidades, a prefeita negou a existência do esquema.

Google é réu em 132 processos eleitorais

¶ Nesta eleição, o Google é um dos alvos preferidos na internet de ações judiciais movidas por candidatos preocupados com conteúdo que possa ser prejudicial à sua imagem. Segundo a ferramenta Eleição Transparente, cria-

da pelo Google em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a empresa de buscas é réu em 132 processos. Praticamente todos se referem à retirada de conteúdo, boa parte no YouTube. Isso representa 72,9% do total de processos registrados pela Abraji. Em segundo lugar, com 24 processos, vem o Ibope.

23 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do TSE defende novas normas para pesquisas eleitorais

Toffoli quer discutir a possibilidade de igualar a margem de erro dos institutos para permitir comparações

Diretor do Datafolha considera importante ouvir os institutos; para o Ibope, pesquisa é um retrato do que ocorreu

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

RICARDO MENDONÇA
DE SÃO PAULO

Passadas as eleições, o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Dias Toffoli, irá convocar os institutos de pesquisa para fazer uma avaliação sobre os números apresentados ao longo da campanha. De acordo com ele, foram registrados muitos erros.

“Vamos chamar os institutos para entender o que aconteceu. A primeira coisa que queremos é conhecer melhor, pois não foram erros pontuais e nem contra o partido ‘A’ ou partido ‘B’, mas erros sobre diversos resultados”, disse.

Segundo ele, tais erros alteram rumos de campanhas, podem mudar o voto de eleitores e influenciam a bolsa de valores. Por isso, acredita que no-

vas normas sobre as pesquisas podem ser propostas após reuniões com os institutos.

Apesar de pontuar que se trata apenas de uma ideia inicial, uma vez que sequer se reuniu com as empresas de pesquisa, Toffoli afirmou que a margem de erro diferente entre os levantamentos cria um problema para o eleitor.

“Temos pesquisas com margens de erro diferentes, com índices de confiabilidade diferentes. Talvez isso devesse ser padronizado para evitar que se compare alhos com bugalhos toda a vez que duas ou mais pesquisas forem apresentadas”, disse.

Toffoli ainda comentou que o próprio TSE, através de suas resoluções, poderia determinar a padronização de índices. Disse também que o prazo para divulgação de pesquisas pode ser debatido.

“O STF já considerou inconstitucional a proibição 15 dias antes da eleição, mas hoje o STF é outro e muitos países proíbem nesse período. Mas o principal agora é entender o que aconteceu”.

O diretor-geral do Datafo-

lha, Mauro Paulino, considerou importante a disposição do TSE de ouvir os institutos.

“Um aspecto que merece ser rediscutido, por exemplo, é essa obrigação de registrar pesquisa com cinco dias de antecedência no caso das que serão divulgadas pela imprensa. Cinco dias é um prazo muito grande. Foi um dos fatores que mais motivou especulações no mercado financeiro e deu oportunidade para espertalhões criarem pesquisas clone”.

ERROS

A diretora do Ibope, Márcia Cavallari, afirmou: “Falamos em erros dos institutos comparando pesquisa com a apuração, mas pesquisa não tem o papel de prever resultados. É o retrato do que ocorreu”. Ela também disse que “as pessoas mudam de candidato de última hora”.

“Há muitos erros, sim, mas que não são das pesquisas: o cadastro desatualizado do TSE, a abstenção, o eleitor que erra na hora de votar na urna eletrônica e outras variáveis que não são amostrais.”

23 OUT 2014

PAINEL FOLHA DE S. PAULO

Segredo de Estado

Por cerca de meia hora, os sete ministros e alguns técnicos do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) deverão guardar em segredo o nome do novo presidente do Brasil. O presidente da corte, Dias Toffoli, estima que o resultado da eleição será conhecido por volta das 19h30 de domingo. No entanto, a informação só poderá ser divulgada às 20h, quando as urnas do Acre estiverem fechadas. “Eu não gostaria, mas vai ter que ser assim”, diz o ministro. Ele promete que não haverá vazamentos.

Bye Bye Brasil O ex-ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, está em Buenos Aires. Ele diz que continuará lá no domingo e, por isso, não votará no segundo turno presidencial.

Tô nem aí Barbosa se recusa a comentar os pedidos de progressão de pena de condenados no mensalão e o caso Petrobras. Diz que nem abriu o site do STF desde que se aposentou, em julho.

MÔNICA BERGAMO

NA RUA, NA CHUVA

O presidente do PT, Rui Falcão, teve reunião com o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Dias Toffoli, para falar sobre a abstenção nas eleições. O partido teme que o fenômeno faça Dilma Rousseff perder votos na urna, comprometendo uma eleição que, segundo as pesquisas, será bem apertada.

SOBRE RODAS

Falcão apresentou ofício pedindo que o TSE garanta o cumprimento da lei 6.091/74, que prevê que a Justiça Eleitoral garanta transporte a eleitores de áreas rurais.

SOBRE RODAS 2

Toffoli está analisando o pedido. “Não se pode imputar à Justiça Eleitoral a abstenção. Ela já organiza esse transporte, conforme previsto em lei”, diz ele.

23 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

STF vai reavaliar decisão sobre prisão de Luiz Estevão

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O plenário do Supremo Tribunal Federal definirá, na próxima quarta-feira (29), se o ministro Dias Toffoli poderia ter determinado a prisão de Luiz Estevão sem o voto dos demais ministros da Primeira Turma.

Nesta terça-feira (21), a Turma decidiu, por unanimidade, que caberia ao plenário julgar uma questão de ordem levantada pela defesa de Estevão. Os advogados alegaram que a decisão de Toffoli prejudicou a defesa, e teria que ser colegiada.

Como relator, Toffoli entendeu que três recursos de Estevão eram procrastinatórios e contrariavam a jurisprudência do Supremo. Em decisão monocrática, decretou o trânsito em julgado numa das ações penais (quando não cabe mais recurso).

Estevão está preso em Tremembé (São Paulo), desde 27 de setembro, condenado por falsificação de documento público numa das ações sobre os desvios de recursos da construção do Fórum Trabalhista de São Paulo.

Contra o voto do ministro Marco Aurélio, a Turma manteve a prisão do empresário até decisão final do Plenário.

“O que o STF decidirá extrapola o caso Luiz Estevão”, diz Marcelo Bessa, advogado

do ex-senador. “Vai definir se recursos legalmente admissíveis podem ser abortados sob a alegação de que têm cunho protelatório”, diz.

O Ministério Público Federal entende que se trata de mais uma tentativa da defesa, por meio de uma cascata de recursos, de anular a condenação imposta em 2006 pelo Tribunal Regional Federal, em São Paulo, em 2006.

Nos últimos oito anos, desde a condenação pelo TRF-3, os recursos de Estevão foram analisados e rejeitados por seis órgãos colegiados.

Quatro desembargadores, nove ministros do STF e ainda 24 ministros do STJ já decidiram contra a pretensão do empresário.

Em 2012, o Pleno do STF, por unanimidade, negou seguimento a um recurso de Estevão, que transitou em julgado no ano seguinte.

23 OUT 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Ayres Britto diz que temor do abuso não autoriza censura à imprensa

Nelson Jr. / STF

Advogados e jornalistas discutiram na manhã desta quarta-feira (22) a liberdade de imprensa e a democratização da comunicação no Brasil em um dos painéis do Congresso Brasileiro de Advogados, que ocorre nesta semana, no Rio de Janeiro. O ex-ministro do Supremo Carlos Ayres Britto defendeu a importância da rejeição da censura prévia.

“Não se pode impedir que o Judiciário fale por último, nem que a imprensa



Ayres Britto: “não se pode impedir que a imprensa fale primeiro”

fale primeiro”, disse o ex-ministro, que apontou o fato de a liberdade de expressão, por vezes, se confrontar com outros direitos estabelecidos constitucionalmente, como o direito à imagem, à honra e à intimidade.

Para ele, “a Constituição não hipotetiza a violabilidade do direito de liberdade de expressão. Para os direitos de intimidade, da imagem e honra, ela admite, mas assegura o direito de reparação. A lógica da Constituição foi essa. Não

é pelo temor do abuso que se vai proibir o uso”.

O professor da Universidade Federal de Alagoas, Marcelo Machado, acredita que a formação de oligopólios e monopólios, proibida no Artigo 220, “foi jogada na lata do lixo pela concentração dos veículos de comunicação”. “Sou contra a liberdade de imprensa que é confundida com liberdade de empresa. Ela está censurada pelos meios que a monopolizaram e se apropriaram dela.”

23 OUT 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Imprensa livre sob ameaça

Relatórios apresentados à Assembleia-Geral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) em Santiago, Chile, constataram o aumento da pressão contra a liberdade de imprensa no continente. O novo presidente do Comitê de Liberdade de Imprensa, o uruguaio Claudio Paolillo, destacou as situações de Equador, Venezuela, Argentina, Cuba e Nicarágua, que constituem “um mar de intolerância e degradação”.

No Equador, foi instituído o “defensor de audiência”, funcionário indicado pelas autoridades que a empresa tem de contratar para ser “censor interno” e delatar “erros” cometidos pelas publicações. Lá também foi proibida a “autocensura dos jornais”, que pune o veículo que decidir não publicar qualquer notícia que o governo considere “importante para o interesse público” – por exemplo, uma homenagem ao presidente Rafael Correa no interior do país.

De acordo com o colunista Joaquín Morales Solá, do jornal argentino *La Nación*, “pouco importa se o governo foi legitimamente eleito. Na democracia o fundo é tão importante quanto a forma”. Para ilustrar esse conceito genérico sobre a prática de censura em governos que se dizem democráticos porque foram eleitos pela maioria, o jornalista apresentou um relatório sobre a Argentina. Ali há, segundo ele, uma

perseguição constante, “que põe o jornalismo à beira da extinção, pois somos vigiados diariamente em nossos telefones e nossas casas. Somos insultados nas ruas por fanáticos do governo”. Ele relatou que o governo de Cristina Kirchner já controla 80% dos meios de comunicação na Argentina.

O autoritarismo de governos que se dizem democráticos, entre os quais os de inspiração bolivariana, não é, contudo, o único empecilho à liberdade de imprensa no continente. Em discurso na Assembleia-Geral da SIP, a colombiana Catalina Botero, ex-relatora de Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, disse considerar o crime organizado o maior inimigo na luta pela democracia e liberdade de imprensa. Para ela, “o crime organizado é uma enorme multinacional – não só de narcotráfico, mas de mineração ilegal, da gasolina clandestina, do contrabando e do tráfico de pessoas. E a isso os Estados respondem de forma débil e fragmentada”.

Entre os 25 relatórios nacionais apresentados, o brasileiro, lido por Marcelo Rech, membro da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e diretor executivo do Grupo RBS, dá conta de 84 episódios protagonizados por jornalistas: 48 agressões, 13 prisões, 7 censuras judiciais, 8 ameaças, 1 atentado e 7 intimidações e insultos. De acordo com o relatório da ANJ, “casos de censura judicial, que tradicionalmente aumentam em pe-

ríodos eleitorais, superaram as piores expectativas, antes mesmo da realização do primeiro turno das eleições”. Do relatório consta que “membros do partido no governo” definiram como “golpe midiático” e ‘conspiração midiática’ para influenciar o resultado eleitoral” a publicação de denúncias sobre corrupção na Petrobrás. E contou que Dilma Rousseff “confirmou que, se reeleita, pretende fazer no segundo mandato uma ‘regulação econômica da mídia’, o que abriria o caminho para intervenções do governo sobre os meios de comunicação livres”.

Em maior ou menor grau, partam de governos, chefões do crime organizado ou grupos dispostos a reduzir a liberdade para garantir a permanência no poder, as ameaças precisam ser combatidas por ações efetivas. Pois a imprensa livre, como disse na abertura da Assembleia-Geral da SIP a presidente do Chile, Michelle Bachelet, é uma “arma fundamental para construir uma sociedade justa e inclusiva”.

No encerramento do encontro, o novo presidente da SIP, o peruano Gustavo Mohme, diretor do jornal *La República*, de Lima, dirigiu uma mensagem de estímulo e solidariedade a todos os perseguidos e prometeu trabalhar em sua gestão “pela recuperação da democracia e do regime republicano, a separação e equilíbrio dos Poderes e a plena vigência do Estado Democrático de Direito”.

23 OUT 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Campanhas acertam trégua no rádio e TV

Comitês de Dilma e Aécio formalizam acordo e desistem de todas as ações na Justiça Eleitoral



ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO

Acordo. Para Toffoli, entendimento foi 'momento histórico'

ELEIÇÕES 2014

Beatriz Bulla | BRASÍLIA

A dois dias do fim da propaganda eleitoral, as equipes de Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) decidiram formalizar um acordo na Justiça Eleitoral para fazer campanha "propositiva" hoje e amanhã. As equipes jurídicas das duas candidaturas, que se acusaram mutuamente em representações com pedidos de resposta nos últimos dias, desistiram de todas as ações protocoladas até ontem no Tribunal Superior Eleitoral.

O acordo foi consequência da postura mais rigorosa adotada

'Momento histórico'
"Venho dizer o imenso gesto para a democracia das duas campanhas, que se comprometem a fazer campanhas propositivas"

Dias Toffoli

PRESIDENTE DO TSE

pelo tribunal no 2.º turno, que tornou real o risco de um grande prejuízo em tempo de TV e rádio nas vésperas da votação. Os próprios candidatos chegaram a ser consultados pelas equipes jurídicas, segundo integrantes do TSE.

A percepção dos ministros foi de que os candidatos exageraram nos ataques durante a propaganda eleitoral, fazendo

o eleitor assistir a um "baile do risca-faca", nas palavras do presidente do TSE, Dias Toffoli.

A decisão das campanhas tucana e petista é estratégica. Desde sexta-feira, primeiro dia de vigência da nova orientação do TSE, os ministros concederam dezenas de liminares para suspender trechos das propagandas considerados ofensivos. Ao perceberem a insistência dos marqueteiros nos ataques, o TSE passou a cassar o tempo de inserções dos candidatos.

Em dois dias, Dilma perdeu 5 minutos na TV e Aécio, 2 minutos. A desistência de todas as representações levadas à Justiça Eleitoral evita que os candidatos percam mais tempo de propaganda nos últimos dois dias de campanha eletrônica.

'Vitória'. Ao anunciar o acordo no plenário, o presidente do TSE comemorou emocionado. "Em nome do TSE, venho dizer o imenso gesto para a democracia brasileira que as duas campanhas demonstram neste momento se comprometendo a fazer campanhas propositivas e programáticas e desistindo de todas as representações", disse Toffoli, na abertura da sessão de ontem. "É um momento histórico. Gostaria de parabenizar emocionado a vossas excelências e aos candidatos", complementou. Ao deixar o plenário, o presidente do TSE reiterou que considera o gesto uma "vitória da democracia".

Para um dos advogados da campanha de Aécio, o ex-ministro do TSE Marcelo Ribeiro, não é interessante que, às vésperas da eleição, os candidatos não pudessem usar o tempo de TV. "Todos sairiam machucados. Uns mais, outros menos, mas era uma situação prejudicial principalmente para o eleitor", comentou.

Flávio Caetano, advogado da campanha de Dilma, destacou que o tom "belicoso" não convém a nenhum dos dois candidatos na reta final, quando as campanhas querem intensificar o contato com o eleitor.

23 OUT 2014

BEMPARANÁ

Doleira é condenada a 18 anos de prisão

O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, condenou ontem a doleira Nelma Kodama a 18 anos de prisão em uma das ações penais da Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Na mesma sentença, Moro condenou sete pessoas acusadas de atuar sob o comando da doleira. Cabe recurso da decisão.

O juiz também negou pedido para que Nelma Kodama seja libertada e determinou o confisco de obras de arte e carros de luxo que

foram apreendidos pela Polícia Federal na casa dela.

Nelma é considerada pelo Ministério Público Federal líder de um grupo criminoso que operava no mercado negro de câmbio, por meio de empresas fantasmas, para abastecer o esquema do doleiro Alberto Youssef, que também foi preso na Operação Lava Jato. De acordo com a investigação, a movimentação financeira atingiu cerca de R\$ 103 milhões em 2012 e 2013.

Doleira é condenada a 18 anos de prisão

A Justiça Federal do Paraná condenou ontem a doleira Nelma Kodama a 18 anos de prisão e o pagamento de multa de R\$ 362 mil. A decisão é do juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba. Nelma foi presa na operação Lava Jato, da Polícia Federal. Ela é apontada como chefe de um dos núcleos investigados e operava no mercado negro de câmbio. Segundo denúncia do Ministério Público Federal (MPF), a mando de Nelma, os acusados teriam promovido a evasão fraudulenta de US\$ 5,2 milhões mediante a celebração de 91 contratos para pagamento de importações fictícias, utilizando empresas de fachada no Brasil e no exterior. Por conta disso, ela também foi condenada por corrupção ativa, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e por operar instituição financeira irregular. Além dela, outros oito réus foram condenados. Esta foi a segunda sentença nos processos decorrentes da operação Lava Jato. No início desta semana, Moro absolveu o doleiro Alberto Youssef da acusação de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Três réus foram condenados: Rene Luiz Pereira, André Catão de Miranda e Carlos Habib Chater.